

O PERFIL FEMININO NA OBRA O CASAMENTO DA PRINCESA NEGRA DE CELSO SISTO

THE FEMALE PROFILE IN THE WORK THE WEDDING OF THE BLACK PRINCESS OF CELSO SISTO

EL PERFIL FEMENINO EN EL TRABAJO LA BODA DE LA PRINCESA NEGRA DE CELSO SISTO

Jeane Borges dos Santos
Adriana Maria de Abreu Barbosa

Resumo: De acordo com a pesquisadora Maria Cristina Martins (2015), ao citar Terri Windling, defende-se que o processo de retirar das antigas histórias populares os elementos julgados como inapropriados, fez-se com que estas narrativas perdessem a sua vitalidade, pois na tradição oral, não havia expectativa de que estas histórias fossem seguras, os desfechos não precisam ser necessariamente favoráveis e, que no caso das personagens femininas, as atitudes passivas diante dos problemas não eram vistas positivamente. Partindo deste pressuposto, este trabalho visa analisar o perfil feminino da personagem Abena na obra O casamento de princesa (2009), do escritor Celso Sisto, cujo objetivo será analisar como se posiciona esta personagem negra em um livro infanto-juvenil, ou seja, qual seria a sua relação de pertencimento à cultura africana. Esta pesquisa, de natureza bibliográfica, que recorreu aos estudos de gênero e étnico-raciais, serviu para chegar aos seguintes resultados: a) que não existem apenas contos populares sobre princesas europeias; b) que o perfil feminino em uma princesa negra, pode diferenciar do perfil das princesas tradicionais; c) que, em O casamento da princesa, o escritor Celso Sisto, valoriza a cultura africana; d) que em O casamento da princesa, a personagem não se apresenta de forma passiva diante dos problemas, destoando do papel de resignação, em relação aos acontecimentos, característicos das princesas clássicas.

Abstract: According to the researcher Maria Cristina Martins (2015), when citing Terri Windling, it is argued that the process of removing old popular stories from the elements judged to be improper, caused these narratives to lose their vitality, since in oral tradition there was not expectation that these stories were safe, the endings need not necessarily be favorable, and that in the case of the female characters, passive attitudes towards problems were not seen positively. Based on this assumption, this work aims to analyze the female profile of the character Abena in the work The Marriage of the Princess (2009), by the writer Celso Sisto, whose objective will be to analyze how this black character is positioned in a youth literature book, that is, which would be their relation to belonging to African culture. This research, of bibliographic nature which appealed to gender studies and ethnic-racial served to get the following results: a) that there is not just folk tales about European princesses; b) that the female profile in a black princess, may differ from the profile of traditional princesses; c) that, in the marriage of the princess, the writer Celso Sisto, values the African culture; d) that in the marriage of the princess, the character does not present itself passively, in the face of problems, differing from the resignation role, in relation to the events, characteristic of the classic princesses.

Resumen: Según la investigadora Maria Cristina Martins (2015), cuando cita a Terri Windling, se argumenta que el proceso de eliminar de las viejas historias populares los elementos considerados inapropiados, hizo que estas narrativas perdieran su vitalidad, porque en la tradición oralmente, no se esperaba que estas historias fueran seguras, los resultados no necesariamente tenían que ser favorables y que, en el caso de los personajes femeninos, las actitudes pasivas hacia los problemas no se veían positivamente. En base a esta suposición, este trabajo tiene como objetivo analizar el perfil femenino del personaje Abena en la obra O matrimonio de princesa (2009), del escritor Celso Sisto, cuyo objetivo será analizar cómo se posiciona este personaje negro en un libro infantil, es decir, sería su relación de pertenencia a la cultura africana. Esta investigación bibliográfica, que utilizó estudios de género y étnico-raciales, sirvió para llegar a los siguientes resultados: a) que no solo hay cuentos

populares sobre princesas europeas; b) que el perfil femenino en una princesa negra puede diferir del perfil de las princesas tradicionales; c) que, en La boda de la princesa, el escritor Celso Sisto valora la cultura africana; d) que en La boda de la princesa, el personaje no se presenta pasivamente ante los problemas, no está de acuerdo con el papel de la resignación, en relación con los acontecimientos, característicos de las princesas clásicas.

Palavras-chave Literatura Infanto-juvenil; Gênero; Relações étnico-raciais; Contos africanos.

Keywords: Child-juvenile literature; Gender; Ethnic-racial relations; African tales.

Palabras claves: Literatura infantil y juvenil; Género; Relaciones étnico-raciales; Cuentos africanos.

INTRODUÇÃO

“A desigualdade na caracterização de personagens negras em relação as brancas, aliada à estereotipia e explícitas manifestações racistas, fizeram da literatura um dos maiores fomentadores do preconceito racial no Brasil” Débora Oyayomi Araújo

A epígrafe que abre nossa discussão tem o propósito de reforçar a afirmação de como a estereotipia apresentada na caracterização das personagens negras nos textos literários foram contribuintes para o reforço do preconceito racial no território brasileiro. Nesse sentido, vale acrescentar que a literatura a qual nos referimos seria a literatura deleite, aquela cujo principal objetivo seria o de desenvolver a criatividade, o prazer e o encantamento.

Partindo desse pressuposto, quando analisamos a literatura infanto-juvenil percebemos a dificuldade em encontrarmos textos que fizessem menção às princesas que não fossem pertencentes às dinastias europeias, ou seja, histórias que trabalhassem as relações raciais em contos de fadas ou encantamento com princesas negras. Vale lembrar que desde a origem dos contos ocidentais, as princesas brancas sempre foram colocadas como destaque, isto é, eram personagens representantes de uma sociedade eurocêntrica, capitalista e escravocrata, onde essas histórias eram contadas para o público infanto-juvenil em diversos espaços familiares e escolares, sem levar em consideração a diversidade racial.

Sendo assim, raramente nas contações de histórias ocidentais, ouvíamos falar em princesas negras, pois estas histórias não representam prestígio para a população burguesa, ou seja, apesar destas histórias existirem na tradição oral do povo africano, as mesmas não eram bem vistas pela sociedade vigente, pois não a representava, sendo então as mesmas, marginalizadas.

De acordo com os estudos étnicos raciais, para representar uma sociedade escravocrata foram colocadas como personagens em evidências aquelas que possuíam uma beleza que não correspondia à todas as mulheres existentes, mas sim, que representava uma parcela da

sociedade que possuía pele branca, traços finos, cabelos fio reto, a exemplo das personagens: Branca de Neves, Cinderela, Rapunzel, entre outras.

Nesse sentido, o presente trabalho procurou analisar a partir da pesquisa bibliográfica do livro *O casamento da princesa* do escritor Celso Sisto, baseado em um conto africano, perfil feminino de uma princesa negra. Para tanto, buscamos perceber se esta personagem realmente era apresentada com traços da etnia africana, bem como havia menção e valorização de sua cultura ou se traria uma representatividade feminina que se aproximaria das apresentadas nos clássicos infanto-juvenis europeus.

O TEXTO INFANTO-JUVENIL

Não se sabe ao certo a origem do texto infanto-juvenil, o que sabemos até então é que as primeiras histórias populares que foram compiladas em livros eram contadas de geração em geração pelas mães e avós, ou seja, era uma prática realizada principalmente pela figura feminina, a qual estava ligada diretamente à organização do lar e à educação dos filhos quando menores. Sendo assim, essa prática se dava dentro dos lares em reuniões familiares, onde os mais velhos socializavam estas histórias para os mais novos.

Segundo pesquisas, nessa época estas histórias eram contadas com o intuito de moralizar, ou seja, eram histórias que não tinham como objetivo a fruição, o deleite e sim o objetivo de propagar a prática do ensinamento do certo e do errado.

Os escritores que iniciaram a prática da coleta das histórias orais compilando-as em textos escritos foram os irmãos Grimm e Perrault.

Quando hoje falamos nos livros consagrados como clássicos infantis, os contos-de-fada ou contos maravilhosos de Perrault, Grimm ou Andersen, ou nas fábulas de La Fontaine, praticamente esquecemos (ou ignoramos) que esses nomes não correspondem aos verdadeiros autores de tais narrativas. São eles alguns dos escritores que, desde o século XVII, interessados na literatura folclórica criada pelo povo de seus respectivos países, reuniram as estórias anônimas, que há séculos vinham sendo transmitidas, oralmente, de geração para geração, e as transcreveram (COELHO, 1991, p.12).

Diante desse contexto, as crianças não eram vistas pela sociedade vigente como um ser em formação, e sim, como adultos em miniatura, assim sendo, as histórias que eram contadas, tinham cunho moralizante, isto é, as mesmas eram criadas praticamente com o intuito de educar segundo os preceitos morais e religiosos da sociedade vigente.

Com o passar dos tempos, e o advento da Pedagogia e Psicologia, possibilitou que as crianças fossem diferenciadas dos adultos e passagem a ser percebidas como um ser em

formação, cujo desenvolvimento cognitivo, comportamental e social acontecia de forma gradual. A partir de então, a criança que não era mais vista como um adulto em miniatura, passou a ter uma produção literária que permitisse a sua fruição, ou seja, uma leitura prazerosa que possibilitasse o desenvolvimento da imaginação.

Nascidos na antiga tradição oral, que remonta à Idade Média, os contos de fadas que hoje conhecemos percorreram uma longa trajetória, atravessaram gerações e fronteiras geográficas, até atingirem sua forma canônica ocidental em coleções como as de Perrault e dos irmãos Grimm, chegando a uma sofisticação tecnológica em versões filmicas como as de Walt Disney (MARTINS, 2015, p. 19).

Mesmo tendo sido passados diversos anos, os contos de fadas ainda ocupam o seu lugar na literatura infanto-juvenil, sejam eles mantidos ainda em forma original, de acordo com o suporte das primeiras compilações, ou de forma diversificada, como as variadas adaptações, inclusive as versões filmicas, as quais tem contribuído para que estes contos ainda sobrevivam nos tempos atuais, e sejam apreciados por uma geração de crianças e adolescentes altamente tecnológica.

A pesquisadora Nelly Novaes Coelho, em seu livro *Panorama Histórico da literatura infanto-juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil Contemporâneo*, relata que foi durante a primeira metade do século XIX que o Brasil iniciou sua caminhada para o progresso econômico, para a independência política e para a conquista da cultura que o colocaria entre as nações civilizadas do Ocidente. Devemos acrescentar que este fato se deu com a chegada da corte portuguesa em 1808, passando o país por profundas transformações com a finalidade de que a colônia brasileira estivesse preparada para ser a nova sede do reino de Portugal.

Fazer menção a este período histórico é de fundamental importância porque, assim poderemos perceber como se encontrava o processo de ensino e conseqüentemente a produção da literatura infanto-juvenil, Coelho acrescenta que no setor de ensino como nos demais setores a carência era tamanha. Para ela, nesta época, o Brasil enfrentava ainda as conseqüências da supressão do ensino jesuíta, sem que outro sistema viesse substituí-lo, mesmo com algumas tentativas isoladas em diferentes lugares do país.

Segundo Nelly Novaes, uma das primeiras medidas oficiais realizadas por Dom João VI estava a criação de academias, cursos, escolas, entre outras coisas que fossem atender com urgência à formação de profissionais competentes para todos os setores da sociedade. De acordo com Coelho, foi no entres século que o sistema escolar nacional passou por reformas

de real alcance e incorporou em sua área também a produção literária para crianças e adolescentes.

Para falar sobre a literatura infanto-juvenil, é de suma importância falar sobre o contexto histórico do qual foi originada, pois é a partir dele que perceberemos como pensavam e agiam as pessoas que viviam no século XIX. Nelly ao citar Leonardo Arroyo, nos revela a reação nacional ao enorme predomínio de literatura didática e literatura infantil que nos vinha de Portugal, obras originais e traduzidas, manifestando-se de forma isolada em algumas regiões mais desenvolvidas culturalmente no país. Porém, foi particularmente na área escolar que ela começou passando depois a dar exemplo de inconformismo pleno na área das traduções.

De acordo com Nelly Novaes Coelho,

Analisadas em conjunto, essas obras pioneiras (sejam adaptações, traduções ou originais) revelam facilmente a natureza da formação ou educação recebida pelos brasileiros desde meados do século do XIX. Uma educação orientada para a consolidação dos valores do Sistema herdado (= mescla de feudalismo, aristocratismo, escravagismo, liberalismo e positivismo) (COELHO, 2010, p. 223).

Partindo deste pressuposto, percebemos que no século XIX, ainda não havia uma produção literária que representasse os anseios da população local, muito menos que se preocupasse em produzir textos que fossem adequados ao público infanto-juvenil, já que partindo de um sistema aristocrático e escravista, o que estava em evidência era a manutenção do capitalismo.

Nelly Novaes Coelho relata que durante o século XIX, os pilares do sistema educacional se reduziam a algumas preocupações, como a do nacionalismo que se referia à preocupação com a língua portuguesa falada no Brasil, ou ainda a preocupação de incentivar nos novos entusiasmo e dedicação pela pátria. Uma outra preocupação seria pelo intelectualismo, mediante a valorização do estudo e do livro, como meios essenciais de realização social. Neste período a ascensão econômica se dava através do saber, sendo uma época em que o professor era valorizado pela população.

Não podemos esquecer de mencionar a existência de um tradicionalismo cultural, isto é, a valorização dos grandes autores e das grandes obras literárias do passado, como modelo de cultura a ser assimilada e imitada, e por fim, o moralismo e a religiosidade, que significava a existência absoluta de retidão de caráter, honestidade, solidariedade, fraternidade, pureza de corpo e alma, dentro dos preceitos cristãos. Todos estes valores citados, segundo Nelly,

eram valores encontrados na obra dos precursores e que, em certa medida, persistem evidentes na criação literária posterior.

Nesta relação não podemos esquecer de citar o nome de Hilário Ribeiro, Júlia Lopes de Almeida, a qual segundo a autora, foi uma das grandes figuras entre os precursores na criação de uma literatura essencialmente brasileira.

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL GENUINAMENTE BRASILEIRA

Foi com Monteiro Lobato que a literatura infantil passou a ter uma visão não pedagogizante no século XX, ou seja, com Lobato, a literatura infantil deixou de ter como objetivo a moralização e a educação, permitindo às crianças serem protagonistas da própria história.

Ao falar sobre a contribuição do escritor para a produção literária, Coelho cita Edgar Cavalheiro acrescentando dados, esclarecedores

A literatura infantil praticamente não existia entre nós. Antes de Monteiro Lobato havia tão-somente o conto com fundo folclórico. Nossos escritores extraíam dos vetustos fabulários o tema e a moralidade das engenhosas narrativas que deslumbraram e enterneceram as crianças das antigas gerações, desprezando, frequentemente, as lendas e tradições aparecidas aqui, para apanharem nas tradições europeias o assunto de suas historietas. É o caso, por exemplo, dos Contos da carochinha, de Alberto Figueredo Pimentel, aparecido em 1985, e que pode ser considerado o primeiro livro infantil publicado em português, no Brasil (COELHO.p. 242).

Nesse sentido, percebemos que o escritor Monteiro Lobato foi o grande responsável pelo divisor de águas que separou a literatura pretexto de uma literatura de fruição, ou seja, a Literatura infantil brasileira segundo Coelho, rompe com as convenções estereotipadas e passar a possibilitar o deleite, a fruição, isto é, a imaginação, a exemplo da obra, A menina do Narizinho arrebitado, publicado em 1920.

No Brasil, é em Lobato que a criança passa a ter protagonismo, pois o seu enredo acontece em um sítio, onde as crianças juntamente com animais e brinquedos simplórios, no caso de um sabugo de milho e uma boneca de pano os quais passam a protagonizar histórias que além de proporcionar o deleite, procuravam desmascarar os falsos valores. Entretanto, mesmo Lobato tendo sido o precursor de uma literatura genuinamente infanto-juvenil, o mesmo não trouxe para os seus textos personagens negros não estereotipados.

É importante acrescentar que no Brasil quem vai seguir esta linha inclusive colocando as princesas em protagonismo na literatura infantil é a escritora Ana Maria Machado, com as princesas ativas como no livro “A princesa que escolhia”.

Eliana Yunes defende no capítulo “Escritura: as leituras de Ana e a minha” do livro *Trança de histórias: a criação literária de Ana Maria Machado*, que entre os textos infantis ou não, traduções ou adaptações, a escritora Ana Maria Machado possui produções com enunciações decisivas, que para Bakhtin refere-se a argúcia das contextualizações, acompanhando a história do país e da literatura infantil nacional e internacional.

A pesquisadora relata que Ana Maria Machado sempre valorizou as histórias que eram ligadas às lembranças, além de valorizar também a prática de contação de histórias., deslizando desde os gregos e troianos por obras que nem foram escritas para a infância, até os “clássicos infantis mesmo”, aqueles que pelo mundo afora foram premiados pela justa inclusão do “infante” no seu horizonte de recepção. Vemos assim, que Ana Maria, preocupou-se, nas suas produções, em inserir a crianças em seus textos como protagonistas de narrativas infanto-juvenis.

O que percebemos com isto é que mesmo com tanta mudança, a sociedade, o ambiente educacional ainda tinha receio e ou não tinham iniciativa para se trabalhar textos que não representassem apenas a sociedade dominante. O que víamos e ainda vemos são práticas de leitura que ainda insistem em trabalhar com clássicos que revelam uma verdade branca.

Hoje percebemos que mesmo com a implantação da Lei nº. 10.639/03 “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” ou ainda “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.”, diversos professores ainda apresentam práticas de ensino tradicionais, baseadas em estudos e leituras apenas de clássicos europeus, não dando espaço para a leitura de textos que abordam as relações raciais.

De acordo com Araújo apud Zilberman (1987, p. 21) no projeto de doutrinar as crianças e adolescentes e então seduzi-las para a imagem que a sociedade quer que assumam-a de seres enfraquecidos e dependentes, esta formação encontra-se na adoção dos valores vigentes, todos solidários ao adulto.

Neste caso, estes adultos que ora são citados são representantes de uma parcela da sociedade a qual monopoliza o conhecimento, o poder, e está centrada no topo de hierarquia.

É justamente esta parcela que representa a branquitude social, aquela que discrimina, segrega e anula o outro, diferente e igual ao mesmo tempo.

A QUESTÃO DA ETNIA E DE GÊNERO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Tecer comentários sobre a etnia na literatura infanto-juvenil, faz-se de suma importância, já que a obra que analisaremos O casamento da princesa, é um livro baseado em um conto popular africano. Para tanto, utilizaremos como suporte teórico O livro Personagens negras na literatura infantil: o que dizem as crianças e professoras, da professora pesquisadora Débora Oyayomi Araújo. A obra que foi baseada na sua pesquisa de mestrado intitulada Relações raciais, discurso, e literatura infanto-juvenil, traz algumas reflexões sobre as relações raciais na Literatura Infantil.

Araújo inicia a sua pesquisa falando sobre o objeto, em um capítulo intitulado Sobre o objeto, para tanto a mesma explica que este estudo estabeleceu-se a partir da análise discursiva produzida por meio da articulação de três grandes eixos: a literatura infantil presente no espaço escolar, a sua utilização em aulas e as relações raciais. Por ser tratar de um tema complexo, Oyayomi defende que:

(...) está articulação define-se a partir de uma base de análise teórico-metodológica, a Hermenêutica de Profundidade, com vistas a elaborar uma interpretação da ideologia na perspectiva de Thompson (2002). Buscando analisar a importância destes três grandes eixos e a relevância de sua articulação, a proposta, nesta seção, é de situá-los sócio-historicamente (ARAÚJO, 2017, p.31)

Contudo para a autora, a análise da presença da literatura infantil no espaço escolar tem sido conflituosa, pois sua associação ao ensino de língua materna tem provocado discussões sobre a sua veiculação e os objetivos que deve alcançar. Segundo ela, isto se justifica porque por se tratar de um gênero literário que tem seu surgimento e desenvolvimento atrelado à escola, o mesmo não consegue firmar seu caráter literário, o qual aparece por diversas vezes subordinado às funções didáticas.

Débora Oyayomi (2017, p. 31) defende que a “escola e a literatura devem estar intrinsecamente ligadas, pois de acordo com as suas características se unem em um fim comum” (apud COELHO, 2002, p. 16), isto é, as bases para a formação do indivíduo. Ela relata que

(...) as forças conjugadas de literatura infantil e escola agiram “no projeto de doutrinar os meninos e então seduzi-los para a imagem que a sociedade quer que assumam – a de seres enfraquecidos e dependentes, cuja alternativa encontra-se

na adoção dos valores vigentes, todos solidários ao adulto” (apud ZILBERMAN, 1987, p.32).

Com o intuito de ilustrar a relação entre literatura infantil e escola acrescida dos estudos sobre relações raciais, Débora Oyayomi, apresenta um quadro elaborado por Silva, que recebeu a adição de novas categorias e pesquisas, baseado nas diversas produções científicas sobre personagens negras na literatura infantil e juvenil brasileira.

De acordo com a autora, os resultados apresentados na pesquisa indicam que praticamente não existiam personagens negras na literatura infanto-juvenil anterior ao ano de 1920; que as obras datadas entre 1890-1920 trazem enredos que ignoram as atrocidades da escravização, embora relatem o período e obra atual que apresenta a mesma omissão;

Ainda podemos acrescentar, que essas obras demonstravam uma sub-representação de personagens negras, tanto em textos quanto em lustrações, além de haver uma menor elaboração de personagens negras. Além disso, foram notadas altas taxas de indeterminação de situação familiar e conjugal, escolaridade, origem geográfica, religião.

O processo de escravidão e descaracterização racial foram práticas que procuraram animalizar e anular os povos africanos. Essas práticas de selvageria levaram ao sofrimento milhares de pessoas que ainda carregam na pele e na história as marcas da discriminação racial. Superar essa história é impossível quando ainda se vive em um território onde é a cor da pele que garante o direito de ir e vir das pessoas, ou a superioridade.

Maria Cristina Martins, ao analisar o papel das personagens femininas, defende que interessa-lhe nesse estudo o tratamento diferenciado usualmente dado às personagens masculinas e femininas nos contos de fadas tradicionais.

Martins revela que ao desenvolver um estudo minucioso sobre os contos dos irmãos Grimm, Ruth B. Bottigheimer, demonstra a diferenciação de tratamento dispensado às personagens masculinas e femininas. A exemplo do silêncio que é praticamente restrito ao universo feminino, como a remoção do discurso direto da fala das mulheres, a exemplo do conto Cinderela, e sua transferência às figuras masculinas, o que revela claramente, “uma visão distorcida dos sexos e de seu uso da fala” (MARTINS, 2015).

É importante acrescentar, nesse contexto, que nos contos de fadas tradicionais, quando nos deparamos com personagens femininas atuantes e criativas, percebemos uma forte tendência de apresentá-las como vilãs, anormalidades, monstros, verdadeiros demônios que merecem a punição ou destruição.

A APRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CONTO AFRO-BRASILEIRO “O CASAMENTO DA PRINCESA DE CELSO SISTO”

Se ao falar em contos de fadas tradicionais percebemos que esta compilação na qual se percebe a figura feminina geralmente como prêmio numa situação de submissão ao patriarcado deu-se em meados do XIX para a sociedade europeia, o que poderíamos relatar sobre a produção literária infanto-juvenil africana e afrodescendente?

Para abordar esta temática devemos em primeiro lugar, lembrar que o povo africano nunca teve seus direitos respeitados, ou seja, a população nunca teve na sociedade ocidental o direito a vez e voz. Tudo isto se dá pelo agravante fato de os mesmos terem sido utilizados pelos europeus como mão de obra escrava durante as grandes navegações. Sendo assim, tribos africanas foram desfeitas, com o maior requinte crueldade, as suas línguas e costumes foram desrespeitados e amaldiçoados pelo preconceito de quem achava ser de uma etnia superior à africana.

De acordo com MELO (2012, p. 23),

Do final do século XVIII a meados do XIX, os povos Nagôs- Iorubá e Jeje- Fon, que ocupavam as regiões que correspondem hoje ao Benin e à Nigéria, tornaram-se as principais vítimas do processo escravagista na costa ocidental do continente africano. E dentre os homens e mulheres que eram embarcados nos navios negreiros rumo ao Brasil, nos portos de Uidah no antigo Dahomé e Onin na Nigéria, estavam presentes sacerdotes conhecedores de práticas religiosas, responsáveis pelo culto aos seus ancestrais e aos Orixás.

O que percebemos que é mesmo sendo pertencentes de uma sociedade a àgrafa, os africanos, desenvolviam atividades que apresentavam toda uma organização social, a caça, a religião, entre outras coisas. Porém, por não terem desenvolvido até então a prática da escrita, diversos costumes inerentes ao seu povo se perderam ou foram modificados pelo processo de intercultural.

Segundo Melo (2012, p. 23),

Mesmo sendo considerado como um mecanismo de dizimação cultural, o navio negreiro proporcionou, de certa maneira, o encontro de diversos povos e o início de uma troca de conhecimento e práticas culturais, geradas provavelmente, pelas condições de tráfico e pela necessidade de compreensão acerca da qual seria o seu destino. Neste caso, as relações intraculturais foram de extrema importância para garantir a sobrevivência dos diversos grupos de africanos chegados ao Brasil.

A partir da interação cultural tivemos o surgimento dos afros descendentes em terras brasileiras, com costumes, língua e religião modificada. Segundo Emerson Melo este contato

ou combinação não deve ser interpretado como uma perda de pureza, e sim como o estabelecimento de novas práticas sociais no novo mundo. Para ele o estabelecimento dessas relações possibilitou às populações negras de diáspora a formação de uma cultura que não pode ser identificada exclusivamente como africana, ameríndia ou caribenha, mas todas elas ao mesmo tempo. Para Melo, trata-se da cultura Atlântico Negro, uma cultura que pelo seu caráter híbrido não se encontra restrita às fronteiras étnicas ou nacionais.

Como faziam uso da prática oral, a literatura africana e afro-brasileira escrita, teve o seu surgimento recentemente, pois a este povo, mesmo com a abolição da escravatura, foram negados o acesso à escolaridade e aos direitos civis. Contudo, percebemos que mesmo sendo representadas na literatura nacional, mulheres negras nunca eram colocadas em papel de destaque e sim, de meras coadjuvante, já que os papéis principais eram reservados às mulheres brancas.

Para Duarte (2009, p. 06),

Enquanto personagem, a mulher afrodescendente integra o arquivo de literatura brasileira desde seus começos. De Gregório de Matos a Jorge Amado e Guimarães Rosa, a personagem feminina oriunda da diáspora africana no Brasil tem lugar garantido, em especial, no que toca à representação estereotipada que une sensualidade e repressão.

Por tudo isto, verificamos que nas diversas produções literárias a mulher negra nunca foi retratada com respeito, nunca tiveram os seus costumes valorizados, ou ainda a sua dignidade assegurada. Entretanto o que visualizamos são representações sensualizadas, marginalizadas, associadas a trabalhos domésticos e submissas.

No livro *O casamento da princesa*, podemos notar que a história narrada, não diminui a imagem da figura feminina, representada ali pela mulher negra. Mais do que isto, enaltece seus costumes, e particularidades.

ANÁLISE DA OBRA

A obra *O casamento da princesa* do escritor Celso Sisto é um texto baseado em um conto popular africano e traz como enredo a história do casamento de princesa negra, a qual convive com o seu pai, o rei, em uma aldeia africana.

Abena cresce entre as mulheres da aldeia e a cada dia que se passa, a princesa é considerada por todos como a mais bela entre as mulheres. Deferentemente de textos eurocêntricos, a caracterização física da princesa não é relacionada à feiura, e sim a beleza da princesa. Como a princesa torna-se uma jovem muito formosa, a mesma desperta olhar dos homens da região. Contudo, dentre os pretendentes, destacam-se dois, a Chuva e o Fogo.

Ao realizar a análise das figuras masculinas presentes no do conto O casamento da Princesa, pudemos perceber divergência em relação a maioria dos contos tradicionais europeus, que trazem a figura do príncipe salvador e a existência de uma figura antagonista, a qual é representada na maioria dos contos, pela figura da bruxa.

Nesse contexto, a representação do antagonista não fica evidente, e a Chuva e o Fogo apresentam uma relação de equilíbrio, pois para a cultura africana não existe o antagonismo entre o bem e o mal, e sim, a dependência entre as partes, para que assim, exista o equilíbrio natural.

Cientificamente para que o ciclo da água aconteça é necessário à presença do calor, para que assim, haja o processo de evaporação, condensação e evaporação, isto é, no conto, Chuva e Fogo podem apresentar-se em uma relação de complementaridade

Ao lermos o conto podemos perceber que o mesmo é dotado de simbologia, pois apresenta o Fogo e a Chuva, elementos da natureza como seres personificados. Sendo assim, estes personagens fazem uso de suas próprias características para vencer a prova, a qual foram submetidos até chegar ao desfecho final.

É de fundamental importância acrescentar que mesmo tendo que aceitar a disputa entre os pretendentes, a Chuva e o Fogo, para evitar sabiamente uma possível guerra entre as aldeias, Abena ainda tinha como ideal a realização do seu casamento com a Chuva, porque para a personagem a sua felicidade não seria colocada em risco se o Fogo vencesse a prova, pois ela se casaria com a Chuva porque era a Chuva que ela amava. Podemos perceber que nesta expressão da personagem, houve uma fala que remetesse a uma transgressão feminina, pois a mulher não se apresenta resignada ao desejo masculino colocando em risco a sua felicidade.

Por fim, a Chuva vence e a princesa finalmente realiza o seu desejo: o de casar-se com o seu primeiro pretendente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas nesse estudo sobre as relações raciais na Literatura infanto-juvenil, não se encerram nas conclusões desse texto. Na verdade, muitos estudos ainda devem ser realizados na área das relações raciais objetivando promover ações que busquem a valorização da mulher negra, figura tão sofrida e discriminada na estratificação social.

Não foi a abolição da escravatura que proporcionou a liberdade do negro. Na verdade, as correntes que outrora eram de ferro, hoje são invisíveis contudo não fogem do seu objetivo que é o de aprisionar e domesticar a população afro-brasileira. Não obstante a essas formas de escravidão, os negros resistiram e continuam resistindo ao eurocentrismo, ao preconceito racial e social. Entretanto, para que essa luta se torne eficaz é preciso utilizar os

espaços escolares para oportunizar a discussão de questões raciais e de gênero de forma problematizada, buscando uma equidade social.

Portanto, “Ressignificar a história e a cultura africana e afro-brasileira implicam atribuir sentidos outros, distintos das representações meramente estigmatizadas aos negros situados no diverso continente africano e na diáspora” (OLIVEIRA, 2014, p. 139).

Por fim, percebemos que diversos estudos já foram realizados sobre as relações raciais e de gênero, contudo ainda não pode ser considerado o bastante. Precisamos fazer a educação uma aliada não transformação das pessoas, pois trabalhar ainda no século XXI com a cultura africana e afro-brasileira em sala de aula ainda é tido como um tabu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Débora Oyayomi. Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professores. Curitiba: CRV, 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e Afro-descendência. Portal Literafro. Minas Gerais.

FELINTO, Renata et al. Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora Ltda, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Sônia. As princesas nos contos de fadas. LEITURAS, compartilhadas. Revista de (in) formação para agentes de leitura, Princesas Africanas, ano 9, p. 17-21, nov. 2011. Disponível em: www.leiabrasil.org.br

MARTINS, Maria Cristina. (Re) Escrituras: Gênero e o Revisionismo Contemporâneo dos contos de fadas. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

MATTOS, Regiane Augusto de. História de cultura afro-brasileira. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Áfricas e diásporas na literatura infanto-juvenil no Brasil e em Moçambique. Salvador: EDUNEB, 2014.

Revista de Estudos Literários. Londrina, PR, v. 17-A, dez. 2009.

PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves e Benedito Antunes (orgs.); Trança de histórias: a criação literária de Ana Maria Machado; São Paulo: editora UNESP; Assis- SP.

SISTO, Celso. O casamento da princesa. São Paulo: Prumo, 2009.